



CORTES SALARIAIS NO SECTOR BANCÁRIO - MEDIDAS A TOMAR

Como é do conhecimento geral, por via da aplicação das medidas de redução salarial previstas no Orçamento de Estado para 2011, foi anunciado que várias instituições outorgantes do ACT do Sector Bancário (BPN e IFAP) e também a Caixa Geral de Depósitos e o Banco de Portugal (com Acordo de Empresa específicos) serão afectadas por cortes salariais. Quanto a esta situação há que reter algumas notas:

1 – ASPECTOS A CONSIDERAR

a) Cada caso é um caso

Há que considerar as especificidades de cada uma das instituições, enquadrando devidamente as reduções salariais que venham a ocorrer.

b) Concretização das medidas

Essas medidas poderão eventualmente ser aplicadas de forma distinta em cada instituição. Há que aguardar e determinar, em concreto, que medidas serão efectivamente aplicadas em cada instituição e em cada caso.

2- O QUE OS SÓCIOS PODEM FAZER

Recomendamos aos nossos sócios que se mantenham particularmente atentos aos seus recibos de retribuição e a eventuais comunicações internas sobre esta matéria. *E que comuniquem ao Sindicato qualquer alteração verificada a este propósito.*

3 - A ACTUAÇÃO DO SINDICATO

Face aos citados cortes salariais, o Sindicato tomou as seguintes medidas:

a) Pedido de parecer

O SNQTB solicitou um parecer a insignes Professores de Direito, com vista a reforçar a fundamentação jurídica a opor aos citados cortes salariais.

b) Queixa ao Provedor de Justiça

O SNQTB apresentará uma queixa ao Provedor de Justiça, pedindo que este suscite a inconstitucionalidade das normas orçamentais que determinaram as reduções salariais.

c) Acções judiciais



Serão intentadas as acções judiciais que se mostrem adequadas, tendo em consideração as circunstâncias específicas de cada instituição, sendo que, oportunamente, prestaremos as informações que se mostrem pertinentes.

O "monstro" da despesa pública é constituído em cerca de 78% por salários dos funcionários públicos. Se alguém tem de pagar a crise (ou o défice) são funcionários públicos, que não o sector privado, nomeadamente os bancários, que nos últimos vinte anos tiveram aumentos salariais inferiores à função pública.

O aludido "monstro" foi criado pelo Senhor Primeiro Ministro Cavaco Silva, tendo como acólitos a Dra. Isabel Corte Real (Secretária de Estado da Modernização Administrativa) e o Dr. Bettencourt Picanço (Presidente do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado).

O mesmo "monstro" foi engordado pelo Senhor Primeiro Ministro António Guterres ao passar para o "quadro" mais de 3 000 precários (a recibos verdes) que assim ficaram funcionários públicos de pleno direito.

A regra de ouro, posteriormente enaltecida, de que por dois funcionários públicos que se reformassem apenas seria admitido um, nunca foi cumprida.

Dos actuais consulados do Primeiro Ministro José Sócrates são mais que conhecidas as escandaleiras praticadas ("boys e companhia" filiados no PS).

Não serão, pois, os bancários a pagar a crise!

Lisboa, 26 de Janeiro de 2011

A DIRECÇÃO